

---

# AS FORTIFICAÇÕES ABALUARTADAS DE ELVAS

TIAGO CANDEIAS  
UNIVERSIDADE DO ALGARVE

---

A Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas, na província alentejana, destaca-se no panorama nacional e internacional pelo seu conjunto de fortificações abaluartadas classificadas Património Mundial da Humanidade pela UNESCO desde 2012. A sua posição fronteiriça, em confronto direto com a cidade espanhola de Badajoz, revelou-se determinante para o seu papel defensivo desde a fundação da nacionalidade, já que este era um local facilmente penetrável do território português e apetecível por ser o que dava contacto mais próximo com a capital do país, funcionando como praça-forte e sendo muitas vezes designada como a «Chave do Reino».

Como forma de travar as tropas espanholas, durante a Guerra da Restauração (1640-1668), houve um enorme investimento no que diz respeito à construção ou reestruturação das antigas fortificações medievais, numa linguagem cada vez mais moderna e inovadora e com sistemas mais complexos, instituindo-se, para isso, o Conselho de Guerra, que, em 1641, vai distribuir os seus engenheiros militares pelo território e avaliá-los, ainda que para esta reestruturação da defesa da fronteira nacional tivesse sido necessário, para D. João IV, recorrer a especialistas em risco de fortificações estrangeiros, de origem francesa, flamenga e italiana. (SERRÃO, 2003, p. 138; ROSSA, CONCEIÇÃO e TRINDADE, 2008, p. 16)

A Restauração foi dessa forma um palco de excelência para a prática da guerra da fortificação, na qual *“o Cartesianismo trazido por insignes mestres durante o século XVII haveria de marcar o pensamento dos portugueses”* (PEREIRA, 2011, p. 623) que adotavam cada vez mais o duro e radical «geometrismo» dos franceses e dos holandeses, constituindo, assim, os novos princípios da arquitetura militar baseada na matemática, *“a primeira ocasião de [Portugal] familiarizar-se com a síntese epistemológica moderna de Galileu e Descartes e a sensibilidade barroca que ela representava”* (MOREIRA, 1993, p. 67).

Retomaram-se os sistemas de grandes cavas, obras exteriores e projetaram-se as defesas, constituídas por taludes, revelins e baluartes, para o exterior através de conjuntos compactos, perpendiculares e angulosos que refletiam a revolução da artilharia pesada, que ganhava cada vez maior alcance e tinha um preço mais acessível, e a hierarquização das tropas, que tinha já por base uma visão barroca no séc. XVII, atualizando-se e modernizando-se as fortalezas de fronteira marítima e terrestre de forma gradual nesta época, destacando-se os conjuntos estrelados de Estremoz, Olivença, Campo Maior, Almeida, e, claro, está, o de Elvas. (PEREIRA, 2011, pp. 624-625)

É na sequência desta recorrente necessidade de fortificação que vem para Portugal o jesuíta flamengo João de Cosmander, para desenvolver projetos de engenharia militar, a pedido do rei, sendo nomeado, em 1645, Engenheiro do Exército do Alentejo, sendo ele o principal especialista em fortificação moderna no país aquando dos primeiros confrontos com a vizinha Espanha, revelando-se a matemática para si como decisiva para obter bons resultados construtivos e explicando a sua figura o aparecimento de uma «escola» portuguesa de fortificar, contratando o Conselho de Guerra, após Cosmander, os já referidos especialistas estrangeiros, dos quais se destacam Jean Gilot e Nicolau de Langres que também tiveram mão em diversos equipamentos na cidade de Elvas, bem como o referido padre jesuíta. (PEREIRA, 2011, pp. 625-626)

As obras deste período caracterizaram-se, então, por trabalhos desenvolvidos em superfície e extensão, contrariamente às construções medievais que cresciam em altura, estendendo-se e prolongando-se ao longo do terreno de forma manter o adversário longe e, caso este conseguisse passar as barreiras, a prendê-lo numa armadilha, revelando-se as fortalezas modernas bastante elegantes e muitas vezes construídas em terra aparelhada por pedra, o que permitia o seu caráter anguloso e fechado sobre si próprio, preso à ideia de resvalamento, sendo que esta arte da guerra e dos sistemas defensivos muito influenciou a rede urbana e o seu desenvolvimento, ficando as cidades marcadas urbanisticamente não apenas pelas muralhas mas por uma série de equipamentos militares indispensáveis ao seu funcionamento enquanto praça, assistindo-se por isso a um confronto entre o que era a lógica militar e a lógica civil. (PEREIRA, 2011, pp. 627-628; ROSSA, CONCEIÇÃO e TRINDADE, 2008; VALLA, 2008, pp. 15, 19, 20)

O Alentejo foi a zona de experimentação por excelência desta refortificação da raia, tarefa para a qual foi instituída, em 1647, a Aula de Fortificações e Arquitetura Militar da Ribeira das Naus, com Luís Serrão Pimentel, que havia sido aluno do padre Cosmander e era na altura engenheiro-mor do Exército do Alentejo, como mestre, tendo por objetivo a formação de arquitetos civis,

utilizando instrumentos primordiais como a aritmética e a geometria, por influência da tratadística holandesa e francesa. Resultado deste ensinamento de Pimentel é a sua obra *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, na qual faz uma divisão clara entre a obra de arte e a arquitetura militar, definindo que o ornamento seria apenas um complemento restrito às portas de armas de forma a expressar poder e impressionar o adversário, tendo sempre por base este «tratado» um esquema pragmático e a figura do polígono no centro do seu discurso. Ainda na sequência desta campanha, foram criadas, em 1701, por D. Pedro II as designadas academias de Fortificação que teriam quatro partidos de aulas provinciais, uma das quais em Elvas, no Colégio dos Jesuítas, que só viria a abrir em 1732, tal como a de Almeida e de Lisboa, por influência de Manuel de Azevedo Fortes, que editou, em 1728, o *Engenheiro Portuguez*, onde procurou atualizar o conhecimento de Pimentel, não fugindo muito à sua linha. (PEREIRA, 2011, pp. 628-629; SERRÃO, 2003, pp. 138-139; ROSSA, CONCEIÇÃO e TRINDADE, 2008, p. 19)

O conjunto fortificado de Elvas (1641-1653) é então uma das grandes peças resistentes desta campanha de fortificação que se fez sentir no século XVII, sendo vista como o “*museu europeu da fortificação seiscentista*” (MOREIRA, 1993, p. 77) tendo a construção das novas muralhas se iniciado em 1641, por ordem de Matias de Albuquerque, a par das obras do Forte de Santa Luzia, que iremos analisar com mais detalhe, avançando estas à velocidade que permitia a urgência militar, dotando-se a cidade, de forma rápida, de um sistema fortificado moderno, à maneira «holandesa», projetado inicialmente pelo padre Cosmander e “*acolitado por Langres e Gilot*” (PEREIRA, 2011, p. 626), que atinge ainda hoje mais de 10 quilómetros de perímetro e conta com 11 baluartes, tratando-se de “*um dos mais bem preservados recintos militares abaluartados de toda a Europa*” (PEREIRA, 2011, p. 626), pois encontra-se em grande parte intacto e não foi absorvido pelo crescimento urbano, guardando em seu torno a integridade das obras complementares tal como os fortes e fortins que, alguns construídos posteriormente, vieram reforçar o comando e vigilância dos caminhos, revelando-se o conjunto verdadeiramente impenetrável, como atesta a grande Batalha das Linhas de Elvas que ocorreu a 14 de janeiro de 1659. (PEREIRA, 2011, p. 626; VALLA, 2008, p. 37; MOREIRA, 1993, p. 77)

A sua primeira cintura de muralhas acompanha o perímetro medieval, reutilizando-se a pedra no revestimento de cortinas e baluartes, sendo que a segunda cintura apresenta já inúmeras obras exteriores como revelins, meias-luas e conservas, configurando uma fortificação de uma científica e perfeita adequação ao terreno irregular, um vez que estas obras exteriores foram pensadas simultaneamente e de acordo com a primeira linha abaluartada, tal como defendiam

os tratados de edificação moderna, de forma a evitar que os inimigos tomassem as zonas mais vulneráveis e vantajosas, existindo junto à muralha uma estrada de armas que acompanhava todo o perímetro e assegurava a comunicação entre baluartes, a qual se revelou uma das maiores alterações a nível urbanístico, já que foi necessário a destruição de diversos edifícios e quarteirões. Também o número de portas reduziu, aqui, significativamente, em comparação com a fortaleza medieval e em contraposição com a extensão das obras, passando a existir apenas três portas, Olivença, S. Vicente, e Esquina, que substituíam as onze medievais presentes na muralha fernandina que acabaram por se tornar acessos às obras exteriores e ao fosso, sendo que as portas criadas apresentam-se sempre junto a um dos revelins de forma a controlar as saídas e entradas na cidade, já que davam acesso às principais artérias da mesma. (VALLA, 2008, pp. 38-39)

Com esta intervenção, a área militar envolvente aumentou de forma exponencial, atestando a relação que existia entre cidade-território, que marcou uma rutura acentuada entre a cidade e o campo, no qual a área intermédia estava destinada a funções militares, numa extensão de cerca 300m designada como zona *non aedificandi* que permitia uma maior visibilidade e reforçava a ideia de impenetrabilidade, já que a cidade tornava-se um elemento isolado no território que comumente se designa por praça-forte, contribuindo no caso de Elvas isto não só a nível defensivo como da beleza estética valorizada na época, crescendo as edificações em altura no interior das cinturas de forma a não transpor esse limite, numa cidade em pleno desenvolvimento que apresentava cada vez mais uma maior variedade de tipologias de edifícios militares – paióis, quartéis, hospital militar, trens, entre outros – bem como civis e religiosos – igrejas e conventos. (VALLA, 2008, pp. 39-40)

Um bom exemplo em Elvas, além da cintura de muralhas, desta época caracterizada pela reconstrução militar das fortificações existentes na raia exigida pelo clima de instabilidade que se fazia sentir é o Forte de Santa Luzia (1641-1648), tendo sido iniciativa de Charles Lassart, nomeado engenheiro-mor em 1642, que vai ordenar a construção de um forte naquele local aquando da sua ida ao Alentejo, sendo obra de Cosmander, autor também do risco da praça de Juromenha, que vai deixar a sua marca nesta construção onde corrigiu um anterior projeto do italiano Rossetti, pois esta, por ser a primeira grande obra a erguer-se em Elvas, vai originar vários projetos. Trata-se de um dispositivo defensivo exterior às muralhas da cidade, renovadas nesta mesma altura, atribuindo-lhe muitos autores o título da *“mais notável fortificação seiscentista do património nacional”* (SERRÃO, 2003, p. 139), já que traz um novo grau de novidade a nível da construção militar que vai revelar profundas alterações na fisionomia e na

eficácia das linhas defensivas portuguesas, pois, tal como no século XVI, a engenharia militar é que pautava o comportamento estético e as inovações num panorama arquitetónico dominado pelo «Estilo Chão». (SERRÃO, 2003, p. 139; PEREIRA, 2011, p. 626; VALLA, 2008, pp. 37-38)

Foi uma obra já apreciada na época e que ia de acordo com as regras retóricas então vigentes, apresentando forma quadrada composta por um reduto central com cisterna, casa do governador e capela, integrando-se a construção no território de forma exemplar adequando-se perfeitamente ao reforço e defesa da cidade, com o intuito de protegê-la de potenciais ataques e representando aquela que era a dualidade da época moderna, na qual um elemento de defesa poderia imediatamente ser tornado alvo de ataque se fosse tomado pelas tropas invasoras, não constituindo este, por isso, a cidadela da praça-forte, além de que não se situava no perímetro urbano da cidade. Foi, então, o primeiro ponto a ser fortificado de modo permanente que, pela sua clareza lógica e pelo seu rigor matemático a nível construtivo, é uma obra-prima da nacionalidade com um discurso mais retórico que funcional. (SERRÃO, 2003, p. 139; PEREIRA, 2011, p. 626; VALLA, 2008, pp. 37-38; MOREIRA, 1993, pp. 80-81)

Outro exemplo excepcional desta cidade raiana é o Forte de Nossa Senhora da Graça, uma obra fora de escala, já mais tardia, vista muitas vezes como a “*Mafra da arquitetura militar*” (PEREIRA, 2011, p. 746) e comumente designada entre as gentes como a “Joia da Coroa”, que veio reforçar o papel de símbolo do poder do estado. Esta gigantesca fortificação apresenta-se como uma obra bastante complexa e de dimensões monumentais, localizada no alto de uma grande colina nas imediações da praça-forte de Elvas, constituindo um dos “*elos definitivos da cintura defensiva*” (PEREIRA, 2011, p. 746) da raia alentejana, pela sua posição estratégica e panorâmica que fica acima da cota da própria cidade e permite uma visão ampla sobre a vizinha Espanha. Começou a ser construído em 1763 por iniciativa do Conde de Lippe, alemão que esteve em Portugal com a tarefa de reorganizar o exército e que fez de forma exímia, num contexto de absolutismo esclarecido dominado pela figura do Marquês de Pombal, já que a praça de Elvas deveria ser melhorada por se tratar do ponto-chave de defesa do reino. (PEREIRA, 2011, p. 746; GUERRA, 2008, pp. 44-45)

Este Forte fora, então, inicialmente projetado pelo próprio conde, que entre as suas muitas virtudes tinha a capacidade de projetar, mostrando grandes qualidades de arquiteto, como forma de tornar a praça mais defensável, encarregando-se as obras ao engenheiro francês Étienne, que em 1764 viria a abandonar o cargo, substituindo-o o, também francês, Guilherme Luiz Valleré, que viria a acompanhar o projeto até ao fim das suas obras em 1792 e que

introduziria algumas alterações ao mesmo que se revelaram decisivas para a fortificação que hoje conhecemos. (GUERRA, 2008, p. 44)

Impressiona-nos nela a sua forma propositadamente discreta, já que só quando estamos no seu interior conseguimos ter a percepção da tamanha monumentalidade do edifício e da imensa superfície coberta e enterrada que se encontra por trás da baixa linha de muralhas que vemos do exterior, para a qual foram necessárias difíceis escavações e aterros, para que este não passasse a cota do terreno, modelando-se o alambor posteriormente e integrando-se na construção. Avistando o forte do exterior é, de facto, impossível ter consciência do número de passagens em galeria labirínticas e algumas delas subterrâneas que se encontram no seu interior, articuladas com uma série de salas de artilharia de plano oval e curvo que atestam a evolução da estética Setecentista, desenvolvendo-se o edifício em três distintos pisos difíceis de perceber através do exterior. (PEREIRA, 2011, p. 747; GUERRA, 2008, p. 47)

Podemos, assim, dividir esta construção fisicamente em duas partes distintas: as obras exteriores e o corpo principal, sendo este último constituído pelo recinto magistral e pelo reduto central e rodeado pelo fosso principal. No que respeita ao corpo principal, o reduto central, de forma retangular com os vértices cortados e arredondados, é composto por cinco pisos, incluindo a cisterna subterrânea que retém as águas pluviais que provém da varanda e do recinto e permitia abastecer toda a guarnição durante um longo período de tempo. No primeiro piso, ligeiramente mais elevado que o fosso, encontramos um espaço que terá funcionado parcialmente como igreja, em forma de cruz e com o espaço central do cruzeiro de planta circular copulado com quatro óculos ovais, dispondo-se em seu torno uma série de outros compartimentos distribuídos de forma simétrica, enquanto no piso seguinte existe uma série de casamatas defensivas com aberturas de tiro para proteger a parte superior, onde se encontra a residência do governador. A zona de residência apresenta-se então poligonal e com uma área menor que os pisos que a antecedem, dispondo ao centro de um espaço circular em torno do qual se desenvolvem os espaços de habitação, sendo que o piso superior, designado por andar nobre, apresenta uma disposição igual ao andar anterior e dispõe de uma cúpula pontuada com óculos, semelhante à da zona do cruzeiro. Ainda que este edifício seja *“brutalmente musculado”* (PEREIRA, 2011, p. 747) apresenta, como não poderia deixar de ser, um toque da elegância e sensibilidade do final do século XVIII, figurado aqui na Casa do Governador, um verdadeiro palacete que coroa toda esta construção colossal, no qual estão presentes os valores cortesões da época com os dois pisos decorados com pinturas a fresco e artísticos trabalhos de estuque, apresentando, por isso, uma feição arquitetónica bem distinta da restante construção, que a sua

posição mais protegida, o seu estatuto funcional e o seu luxo justificam, sendo esta uma das alterações que Valleré terá feito ao projeto inicial do Conde. (PEREIRA, 2011, p. 747; GUERRA, 2008, pp. 47-48)

Já o recinto magistral, de planta quadrangular, é o que faz a divisão entre as obras exteriores e o Reduto, que se encontra no seu interior, e o defende com um conjunto de quatro baluartes ligados por cortinas com galerias seteiradas de forma a defender os fossos, sendo que existe também um fosso interior de planta octogonal, mais estreito e numa cota mais elevada que divide o recinto do reduto. *“Define-se, assim, uma composição de massas fortificadas concêntricas que defendem o reduto central, tornando-o potencialmente inexpugnável e a sobressair acima do recinto magistral apenas o mínimo indispensável para exercer as suas funções de comendo e de domínio visual sobre toda a praça”* (GUERRA, 2008, p. 47), existindo a preocupação em ocultar o máximo possível a construção, quase que camuflando-a, sendo apenas visíveis a casa do governador e os quartéis, estes implantados sobre o terraplano dos baluartes de forma a não interferir com a defesa pela negativa, estando por isso encostados à muralha e distribuídos de forma pensada com janelas e canhoeriras coincidentes para um eventual necessidade de defesa. (GUERRA, 2008, p. 47)

As obras exteriores, que circundam este complexo conjunto, fazem então compor-se por quatro contraguardas, quatro revelins e um hornaveque virado a norte, bem como um caminho coberto. O hornaveque, instalado de forma estratégica na zona mais ameaçada do forte e por isso dirigido a Espanha em frente a um dos revelins, é a obra que mais se destaca, composto por dois meios baluartes ligados através de cortinas ao corpo principal, dispondo ainda de barbetes com terraplano marcado por um grande número de covas de lobo, armadilhas perigosas quando cobertas de ramagem e folhagem. Além desta obra avançada existem ainda revelins situados em frente às cortinas do caminho coberto com contraguardas à frente de cada ângulo, sendo que existe também uma estrada coberta entre o Baluarte da Malefa e a Fonte do Marechal que permitiam o abastecimento da cisterna caso esta estivesse seca. (GUERRA, 2008, pp. 47-48)

A ligar todas estas partes temos, então, duas portas de acesso, uma interior e outra exterior que liga o forte à envolvente, designada por Porta do Dragão derivado aos relevos escultóricos que surgem acima da mesma e remetem para essa figura, surgindo ainda na gola dos baluartes diversos paióis, abobadados e revestidos a tijolo com cobertura inclinada, que talvez inicialmente não tivessem sido projetados para aqui mas sim para a zona central onde não haveria reduto, sendo esta também uma das alterações que Valleré terá feito. (GUERRA, 2008, p. 47)

“Na realidade, este forte corresponde ao «ponto de chegada» de um modelo de fortificação e encerra-se no seu próprio esgotamento” (PEREIRA, 2011, p. 746), revelando-se a sua construção decisiva na concretização das fortificações na sua plena eficácia, não só apenas as da cidade como as do próprio país, já que, sendo um elemento complementar, era a peça em falta para impenetrabilidade das linhas defensivas da raia, tendo influenciado a dimensão de tal empreendimento a vivência da cidade, que participou ativamente na obra que apresenta características defensivas na totalidade dos espaços e é dona de uma defesa insuperável. (GUERRA, 2008, pp. 47-48)

É por isso uma obra-prima militar com poucos paralelos no mundo, no sentido em que tudo foi pensado ao pormenor e que grande influência teve por parte do regime político da época, sendo que foi construída posteriormente em relação a quase todas as outras fortificações modernas, que datam do séc. XVII, apresentando maiores proporções e uma grande complexidade que leva os visitantes a perder o seu sentido de orientação. No séc. XIX funcionou como companhia de correção e depois até ao final do séc. XX como prisão militar, passando por um período de abandono e estando hoje aberto ao público desde finais de 2015, restaurado de forma exemplar. (GUERRA, 2008, p. 48.)

Já no que diz respeito ao resto da Europa ocidental, também um clima de guerra de fez sentir e houve, por isso, também iniciativas de construção no que respeita às fortificações, elaborando-se, ainda mesmo antes de acontecer em território português, fortes e elaboradas obras, essencialmente em território holandês, francês e espanhol, já que estes eram os maiores especialistas à data de 1640, quando se começaram a introduzir e adaptar os seus modelos em solo nacional. O modelo mais explorado pelos engenheiros na nossa raia foi assim o «Modelo Holandês» que surgiu da necessidade de adaptação à geografia na região dos países baixos que se revelava abundante em água e zonas pantanosas, como atestam as fortificações de Bourtange, Willemstad e Heudsen, que, embora apresentem semelhanças a muitas das nossas fortificações, revelam uma solução diferente já que principalmente a região do Alentejo é bastante seca, adaptando-se esse mesmo modelo à nossa geografia e topografia. Cosmader teria, assim, conhecimento dos tratados holandeses de fortificação, pois era mais um estudioso do que prático nestas questões, trazendo para Elvas o *Primeiro Sistema Holandês de Fortificação*, sendo este conjunto visto como o mais puro e melhor exemplo, de entre todos os que o aplicaram, pela integridade e originalidade da sua construção que apresenta um aspeto muito semelhante ao que teria no séc. XVII, não tendo sofrido grandes alterações, mostrando-se este como um dos fatores que mais justificou a inscrição das fortificações elvenses na lista do



Património Mundial da UNESCO, pois estas adaptaram-se de forma exemplar aos tempos, mantendo sempre a sua identidade e integridade, não mostrando nenhuma outra fortificação, nem mesmo na Holanda, uma forma tão pura e autêntica. (PAAR, 2008, pp. 52-57)

Elvas é, deste modo, uma Cidade-Quartel Fronteiriça bastante singular que dispõe de diferentes formas de fortificação e faz com que nenhum outro núcleo ou sistema fortificado rivalize com este que é uma incontestável capital da raia, destacando-se não apenas pelo complexo sistema defensivo que apresenta mas por toda a sua mole urbana e pelo seu património arquitetónico que se integra e se articula de forma excecional com as construções militares, em torno das quais a economia, o comércio e a vivência da cidade se foram desenvolvendo com o passar dos tempos e contribuíram para a identidade cultural que hoje conhecemos, representando as modernas estruturas militares, nos séculos XVII e XVIII a *“modernização do país face a uma Europa que se consolidava como estrutura política”* (VALLA, 2008, p. 40), sendo a marcação das linhas de fronteira um dos objetivos essenciais do estado moderno, tal como a formação do exército como arma política, trabalhando os arquitetos militares sempre em estreita relação com os políticos e generais e sendo Elvas um conjunto exemplar para este período.

**TIAGO CANDEIAS**

Universidade do Algarve | FCHS  
Património Cultural e Arqueologia | 2º ano  
UC: História da Arte Moderna Portuguesa  
Docente: Prof. Doutora Renata Araújo

## BIBLIOGRAFIA

GUERRA, Sofia (2008). O Forte de Nossa Senhora da Graça, in *Monumentos Nº28*. Lisboa, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

LOBO, Francisco Sousa (2008). A defesa militar do Alentejo, in *Monumentos Nº28*. Lisboa, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

MOREIRA, Rafael (1993). Do rigor teórico à urgência prática: a arquitetura militar, in MOURA, Carlos (1993), *História da Arte em Portugal, Volume 8: O limiar do barroco*. Lisboa, Publicações Alfa.

PAAR, Edwin (2008). O sistema fortificado de Elvas no panorama da arquitetura militar europeia da época, in *Monumentos Nº28*. Lisboa, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

PEREIRA, Paulo (2011). *Arte Portuguesa – História Essencial*. Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates.

ROSSA, Walter, CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, TRINDADE, Luísa (2008). Raia e cidade, in *Monumentos Nº28*. Lisboa, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

SERRÃO, Vítor (2003). *História da Arte em Portugal – O Barroco*. Lisboa, Editorial Presença.

VALLA, Margarida (2008). A Praça-Forte de Elvas: a cidade e o território, in *Monumentos Nº28*. Lisboa, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.